

Jornal da tarde
A Constituinte

Está pronto o regimento. Ao trabalho

Aprovados: fim do voto de liderança... Apesar do atraso de uma hora e 20 minutos para abrir a sessão noturna de ontem, convocada para as 20 horas, a Assembleia Nacional Constituinte não levou mais

O SUPER ULYSSES

Alguns deputados acham que ele terá poderes demais no regimento definitivo da Constituinte. E pretendem cortá-los, devolvendo-os ao plenário.



A função do regimento: disciplinar as sessões. O conjunto de normas escritas com que se debate no momento a Assembleia Nacional Constituinte, para ordenar seus trabalhos e disciplinar o andamento das sessões plenárias, é, na prática o instrumento legal votado pelos integrantes da instituição, que só assim ganha existência e passa a exercer sua missão. No momento, dentro do sistema bicameral vigente no País, o Poder Legislativo dispõe de três regimentos, um da Câmara, um do Senado e o regimento comum do Congresso Nacional.

de 30 minutos para aprovar as normas preliminares para o seu funcionamento e que irão disciplinar, além dos trabalhos plenários, e a própria elaboração do regimento definitivo para orientar a redação da futura Constituição brasileira. A rapidez com que foi aprovada a matéria decorreu principalmente dos contundentes apelos formulados pelo presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães. Ulysses não conseguiu, porém, que alguns poucos constituintes levantassem questões não pertinentes ao regimento. Um deles, o deputado Mendes Thame (PFL-SP), alegando que o País vive grave crise, sugeriu a pronta renúncia dos ministros da área econômica.

Antes da votação, por aclamação, das normas preliminares, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) fez a leitura do seu parecer, explicando que as emendas propostas ao texto do projeto de resolução, num total de 72, alteravam 165 pontos da matéria. Em média, como notou, cada emenda propunha três alterações. O substitutivo de Fernando Henrique acolheu metade das sugestões, remetendo a exame posterior algumas outras pela complexidade dos assuntos a que se referem.

As normas preliminares foram aprovadas em bloco, às 21h50, seguindo-se a votação de quatro pedidos de destaque, dos quais dois foram aprovados, um rejeitado e um considerado prejudicado. Em função deles, a Constituinte poderá ter votações secretas, se necessário; os constituintes poderão encaminhar ao presidente da República, por intermédio do presidente da Assembleia, requerimentos de informações; e os líderes poderão distribuir o "horário de liderança" entre seus liderados.

José Genoino (PT-SP) e Haroldo Lima (PC do B) não queriam a votação secreta, cuja possibilidade foi prevista, segundo o relator, por ter-se simplesmente transcrito o que dizem os regimentos da Câmara e do Senado. Defenderam esse tipo de votação, os líderes Pimenta da Veiga (PMDB), Amaral Neto (PDS), Gastone Righi (PTB) e Marcondes Gadelha (PFL), todos considerando-a "democrática", uma "conquista" e uma "garantia aos próprios constituintes". O plenário manteve-a, por grande maioria.

Assim que Ulysses Guimarães declarou encerrada a sessão, registrou-se um rebulião na frente do plenário: um cidadão saltara das proximidades da tribuna da imprensa para dentro do plenário, spanhara um dos microfones de apertar, mas, antes que pudesse falar, foi segurado pelo deputado Roberto Freire (PCB-PE) e, a seguir, retirado pelos agentes de segurança.

A aprovação, em meia hora, sem discussões. A Assembleia Nacional Constituinte poderá realizar, extraordinariamente, sessões aos sábados e domingos ou em horários diferentes das sessões ordinárias, que serão de segunda a sexta-feira das 14 às 18 horas. Isso de acordo com as normas provisórias para o funcionamento da Constituinte aprovadas ontem pelo plenário, com base em parecer apresentado pelo relator, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

A permissão para que a imprensa possa circular pelos cantos do plenário e alguns pontos específicos, a serem determinados pela Mesa da Constituinte, tal como ocorre atualmente, foi garantida pelo parecer de Fernando Henrique Cardoso. Havia um movimento para proibir a entrada de jornalistas, restringindo-os apenas às bancadas isoladas, perto das galerias. Cardoso acha que deve haver um entendimento entre o comitê dos jornalistas credenciados e a Mesa.

As normas provisórias determinam que começa a contar de hoje, e por cinco dias, o prazo para que os constituintes possam apresentar emendas ao anteprojeto de regimento interno definitivo da Constituinte. Com isso, os prazos pré-estabelecidos pelos líderes partidários, para acabar a votação até o dia 24, podem ficar prejudicados e ultrapassados.

O parecer de Fernando Henrique Cardoso acaba com o voto de liderança, por considerar esse tipo de voto uma aberração na Constituinte. E garante o voto individual para todos os constituintes. Para que o presidente da Constituinte não seja sobrecarregado, o parecer de Fernando Henrique Cardoso prevê que Ulysses Guimarães poderá nomear Ad Hoc, cinco secretários por sessão, para auxiliá-lo e até substituí-lo eventualmente na direção dos trabalhos da Assembleia.

Também segundo o parecer, acatando emenda do deputado Joaquim Haydeckel (PMDB-MA), foi alterada a frase com a qual o presidente inicia os trabalhos, que passou a ser: "Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos os nossos trabalhos". O trecho "em nome do povo brasileiro" nunca constou da frase de abertura de sessões do Congresso ou mesmo dos primeiros cinco dias da Constituinte.

O quórum para deliberação, até a aprovação do regimento interno permanente, será de maioria absoluta — 280 constituintes —, sendo computado o voto individual; e para a abertura de sessão tem que haver o mínimo de 94 constituintes (um sexto dos presentes). Foi

Não bastasse a acumulação de cargos — de presidente do PMDB, da Assembleia Nacional Constituinte e da Câmara, que lhe permite ser, eventualmente, o presidente da República — o deputado Ulysses Guimarães poderá ampliar ainda mais os seus poderes, caso não seja alterado o projeto de regimento interno permanente, que começará a ser discutido e emendado a partir da próxima semana, antes de ir à votação entre 23 e 24 de fevereiro.

É que o projeto de regimento interno permanente, elaborado pelos deputados Nelson Jobim (PMDB-RS) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG), confere ao presidente da Constituinte poderes discricionários sobre matérias que tradicionalmente dependem de uma decisão colegiada do plenário; como, por exemplo, pessoalmente, deferir ou não pedidos de votação em destaque ou decidir sobre questões de ordem sem consultar os constituintes.

Para alguns parlamentares essa possibilidade é grave, pois poderá comprometer até mesmo o sentido democrático da Constituinte, pelo fato de uma só pessoa, por estar investida na presidência, poder tomar decisões pessoais acima dos interesses coletivos e partidários. A frase, que é uma figura muito lembrada quando de discussões regimentais, estará sendo completamente quebrada caso permaneçam as regras propostas pelo projeto de regimento interno permanente para a Constituinte.

A atenção. Esse projeto deverá prender a atenção dos constituintes por pelo menos três semanas, no mínimo, pois somente o projeto de regras preliminares, bem mais simples — contendo as normas provisórias para o funcionamento da Constituinte até que o regimento interno permanente seja aprovado e posto em prática — levou uma semana para ser examinado pelo relator.

As 72 emendas às normas provisórias — que tanto o ex-deputado

João Gilberto, como o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, consideraram como a vontade de participação que estava repressada, com uma previsão de que essa fertilidade vai continuar — representaram preocupações muitas vezes sutis, outras de aperfeiçoamento da técnica legislativa (o que é muito comum em qualquer projeto no Congresso Nacional). Algumas, porém, exageraram as preocupações, pretendendo resolver num documento temporário normas que devem ser permanentes, e algumas até de decisão exclusiva da própria Constituinte, como o debate sobre os limites jurídicos da Assembleia.

Há excessos: o deputado João Cunha (PMDB-SP) apresentou, por exemplo, uma emenda sugerindo simplesmente que para evitar quaisquer discussões menos objetivas se ponha em funcionamento o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte de 1946. Há emendas que questionam a exclusividade ou não da Constituinte. E cinco delas tratam do acesso da imprensa ao plenário da Câmara, onde são realizadas as reuniões da Constituinte. Pretendem também acabar com o voto de liderança, com a prevalência apenas do voto individual; uma outra emenda exige que sejam contados os presentes em plenário para

FORA DO PMDB?

Dois senadores do PMDB, Mário Covas (SP) e Alvaro Dias (PR), defenderam ontem a tese de que o presidente da Câmara, da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, deve licenciar-se da presidência do partido. O argumento é que o partido se ressentiria, pois Ulysses, ocupando outros dois cargos importantes, não poderia dar tempo integral ao PMDB, e, como disse Covas, "torná-lo apto a cumprir os compromissos assumidos com o País".

Ulysses, porém, não gostou da idéia, que provocou também "estranheza" no deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), o adversário de Ulysses na eleição à presidência da Câmara. "Este assunto será discutido na hora oportuna", foi a resposta contrariada de Ulysses a um repórter de rádio que lhe perguntou sobre o assunto. Depois que o repórter foi embora, ele observou: "Vejam só. Estamos cuidando de colocar a Constituinte em funcionamento e surgem essas perguntas".

Lyra, ao saber que também alguns deputados do PMDB estão defendendo o licenciamento de Ulysses da presidência do partido, comentou: "É estranho que alguns companheiros estejam pensando assim. Agora mesmo tivemos a eleição para a presidência da Câmara e esses companheiros foram os primeiros a se empenhar na escolha de Ulysses para o cargo. Não tem sentido dar-lhe um cargo e agora querer retirá-lo de outro. O deputado Ulysses Guimarães foi eleito para dirigir o PMDB e deve manter-se no cargo até o final de seu mandato".

Covas, no entanto, ponderou que "o doutor Ulysses não tem que renunciar ao cargo de presidente do PMDB, porque quando o elegemos já se sabia que ele seria o presidente da Constituinte e da Câmara. Ele apenas deveria licenciar-se de suas funções". Para o senador paulista, um partido que acabou de eleger 23 governadores e que tem a responsabilidade de sustentar o governo, não pode ficar inerte nem atrelado a outros compromissos de seus dirigentes. Já Alvaro Dias acha "impossível alguém conduzir a Constituinte e o PMDB ao mesmo tempo".

E então o plenário se esvazia

Constituintes do PDS, do PMDB, do PDC, do PL, do PSB, do PC do B, do PDT foram surpreendidos, ontem por volta das 14 horas, com a decisão do presidente Ulysses Guimarães, de abrir e encerrar a sessão da Assembleia Constituinte, marcando outra para as 20 horas. Sem se ater a detalhes formais de rotina, Ulysses passou o dia de ontem dividido entre duas de suas quatro funções: pela manhã, conversou com o presidente Sarney sobre a liderança do governo na Constituinte. A tarde reuniu-se com o senador Fernando Henrique Cardoso cuidando do regimento interno provisório, deixando assim de resolver problemas como a falta de banheiros privativos para as mulheres constituintes e ouvindo queixas e reivindicações dos deputados que passam diariamente pelo seu gabinete de presidente da Câmara.

Ulysses refugiou-se na sua residência oficial, voltando ao Congresso apenas para a abertura da sessão noturna. Hoje à tarde, ele assistiu em São Paulo ao casamento de uma sobrinha e no domingo, às 20 horas, no Clube Mineascento, em Belo Horizonte, o presidente da Constituinte fará a palestra de abertura do III Congresso Brasileiro de Polícia Militar.

Enquanto isso, muitos deputados aproveitaram para reclamar da atitude de Ulysses. Vários disseram que a presidência da Constituinte estava fornecendo "farto material à imprensa", com o plenário desativado, repórteres, fotógrafos e cinegrafistas transitando entre as poltronas, filmando e fotografando o relógio do recinto, sem qualquer atividade útil. Alguns opinaram que Ulysses poderia ter comunicado a falta de auxílios do parecer às emendas ao regimento provisório e franqueado a palavra.

Muitos dos autores das emendas poderiam ocupar a tribuna e defender as propostas — comentou Lysâneas Maciel (PDT-RJ). Para Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), todo o momento deve ser aproveitado para o debate da Constituinte. Cardoso Alves e Maciel concordaram: o plenário não pode, nem deve ficar desativado.

Preocupado com a presença de fotógrafos e cinegrafistas de TV, o presidente do PL, Alvaro Valle, comentou com Carlos Alberto de Oliveira (PDT-RJ): "Hoje, transferei meu gabinete para o plenário. Não saio daqui. Vou escrever aqui mesmo".

A exemplo de muitos outros constituintes, Fernando Santana (PCB) terminou às pressas seu almoço para participar da sessão. Foi

surpreendido com o plenário desativado e pelo grande número de jornalistas no local. "Pensei que a sessão começaria às 15 horas. Corri para a sessão", desabafou. Logo em seguida chegou Aloísio Chaves (PMDB) com fisionomia cansada. "Trabalhamos eu e Fernando Henrique Cardoso, até as duas horas da madrugada nas dezenas de emendas apresentadas ao regimento provisório. Fizemos um substitutivo, mas não houve tempo para imprimi-lo. Mas mesmo assim vim para a sessão. Não esperava que Ulysses a suspendera. De fato, ele está com plenos poderes" — afirmou o constituinte do Pará.

Desolação. Os Paraíbaenses Antônio Mariz e Aloísio Campos também estavam desolados com a suspensão da sessão. Mariz disse que Ulysses Guimarães poderia ter autorizado o debate. "Tema é que não iria faltar" — comentou.

Vários constituintes, ao chegarem ao plenário, queixaram-se da suspensão dos trabalhos: "Deixei de cuidar do meu apartamento para vir aqui" — disse um deles. "Estou

lutando por matriculas dos meus filhos; corri para o Congresso e não tem nada. É lamentável!" — declarou outro.

O veterano Mauro Benevides disse que é natural o plenário vazio, lembrando que muitos estão às voltas com questões particulares — moradia, gabinetes, escolas para os filhos: "Eu mesmo, de longa vivência em Brasília, ainda estou morando em hotel, esperando o apartamento prometido" — explicou o vice-presidente ad hoc da Mesa da Constituinte.

Alvaro Valle disse a Jamil Haddad (PSB-RJ) e a Carlos Alberto de Oliveira que Ulysses deveria ter baixado normas provisórias — que disciplinariam o debate do regimento interno. "Ganhamos muito tempo e seríamos poupados do espetáculo de ver parte da bancada do PMDB perturbando o trabalho, com ações contra o líder Pimenta da Veiga."

Para muitos o PMDB, além de não ajudar, está atrapalhando tudo com suas divergências internas — envolvendo a liderança de um lado e o conflito ideológico de outro. Não foi apenas o plenário que se

aferiu do quórum, e não os registrados pelas portarias do Congresso; e uma, do deputado Joaquim Hayckel (PMDB-MA), pretende que além das palavras "sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos" se acrescentem, ao abrir as sessões da Constituinte: "Em nome do povo brasileiro".

O parecer

Se foram necessários seis dias para que o relator, Fernando Henrique Cardoso, apresentasse o seu parecer, depois de marchas e contra-marchas com relação aos projetos iniciais de regimento provisório, o ex-deputado e diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte, João Gilberto, acredita que a segunda etapa — a de elaboração do regimento interno — vai ser muito mais difícil, "principalmente em face dessa euforia legislativa que tomou conta dos constituintes".

Ele demonstra preocupação com o fato de o presidente da Constituinte ter à sua disposição tantos poderes, que pode usar ou não autoritariamente, considerando que deve ser dever dos constituintes, através de emendas, procurar reverter essa possibilidade, tornando mais democráticas as decisões e votações da Assembleia Nacional Constituinte.

Para exemplificar sua preocupação, João Gilberto disse que numa votação de determinado capítulo, digamos sobre educação, em que a maioria seja contrária à determinação ponto e peça a votação em desta-

que se o presidente da Constituinte, por decisão pessoal, negar esse pedido de destaque, a nova Carta constitucional passará com esse ponto desfavorável, sem que haja nenhuma possibilidade de recurso contra a decisão presidencial. A concentração administrativa de tudo em torno do presidente é outro ponto perigoso para o qual João Gilberto chama a atenção. Mas ele mesmo concorda que dificilmente os constituintes deixarão passar tantos poderes a um só homem.

tramitação do regimento definitivo, que, uma vez aprovado e em vigor, disciplinará — como nos regimentos da Câmara, do Senado e do Congresso — os trabalhos dos constituintes. Só a partir daí que a Assembleia Nacional Constituinte iniciará, na prática, as atividades para as quais seus integrantes foram eleitos pelo povo.

Se esse documento se revelar insuficiente, a Mesa-Diretora da Constituinte poderá orientar suas decisões recorrendo a qualquer um dos outros três regimentos existentes, subsidiariamente, como ocorre na vida ordinária do Legislativo e sempre que se realizam sessões de uma das Casas. Isto quer dizer que nenhum presidente, ou seu substituto legal, no comando de uma sessão, poderá tomar decisões sem o amparo do que está efetivamente escrito nos regimentos. E ainda assim fica sujeito a recursos levantados por qualquer parlamentar presente, hipótese em que a pendência é encaminhada ao exame da comissão de Constituição e Justiça, para dirimir dúvidas regimentais ou constitucionais.

A importância do regimento da Constituinte pode ser aferida pelo pronunciamento tornado público ontem, em que a Universidade de Brasília - UNB, que criou um Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte, declara o projeto de regimento como documento que reúne significativos avanços, embora com algumas falhas, a começar pela falta de uma melhor definição sobre a questão da soberania da Assembleia Nacional Constituinte, sem, inclusive, tratar da questão da exclusividade.

SATURDAYS AT ALUMNI, OF COURSE. O "SATURDAY ENGLISH COURSE" foi desenvolvido para pessoas que não podem frequentar nosso curso de inglês durante a semana. Aulas dinâmicas, com ênfase em comunicação oral, que vão tornar mais produtivo — e divertido — seu fim de semana. estágios semestrais - 4 horas de aula por sábado - horário: das 8:30 às 12:30 - Unidade: Rocha Azevedo Matrículas: 3, 4, 10 e 11 de fevereiro das 09:30 às 19:00 Início das aulas: 14 de fevereiro Os cursos básico, intermediário e adiantado, ministrados durante a semana, também vão começar logo. - cursos intensivos e semi-intensivos (bimestrais ou semestrais) - 8 ou 4 horas de aula por semana - horários: manhã, tarde e noite - Unidades: Morumbi e Rocha Azevedo Matrículas: 10 e 11 de fevereiro das 09:30 às 19:00 Início das aulas: 16 de fevereiro